

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Do Sr. GILMAR MACHADO)

Altera o art. 74 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as diretrizes e bases da Educação Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 74 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74 A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental e médio, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

§ 1.º O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

§ 2.º O Poder Público apenas criará e autorizará o funcionamento de novos estabelecimentos de ensino cujos projetos arquitetônicos contemplem os padrões mínimos educacionais referidos no **caput**, os quais deverão incluir necessariamente espaços para esporte e recreação cobertos.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Muitas ações têm sido realizadas recentemente na conquista de uma Educação de qualidade, pública ou privada. Apesar disso um dos dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mais importantes no que se refere à qualidade do ensino ainda vige sem eficácia plena: não foi desenhado até o momento o padrão mínimo de oportunidades educacionais de que trata o art. 74 da LDB, tarefa que deve ser realizada, em regime de colaboração, pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nesse conjunto mínimo de requisitos incluem-se certamente os padrões mínimos de infra-estrutura de que trata a meta n.º 4 determinada para o Ensino Fundamental no Plano Nacional de Educação (PNE), consubstanciado na Lei n.º 10.172, de 2001, cuja vigência decenal se encerra no início de janeiro de 2011, data bem próxima.

No rol dos itens elencados na referida meta do PNE, figura a previsão de espaços de esporte e lazer como parte da infra-estrutura mínima desejada para as escolas de ensino fundamental. É nesse ponto que reside, de um lado, uma das principais desigualdades nas oportunidades de acesso à Educação nacional e, de outro, um grave empecilho ao desenvolvimento integral do educando: conforme o Censo Educacional de 2006, dos 159.016 estabelecimentos com ensino fundamental, apenas 44.763 possuíam quadra de esporte. Isso representa uma porção equivalente a 28% do total das escolas.

Ressalte-se que a espantosa situação vai de encontro a um dos princípios consagrados no art. 206 da Constituição Federal, segundo o qual o ensino será ministrado com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e ao objetivo insculpido no art. 205, conforme o qual a Educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa. Tamanha dissonância entre a situação fática e o que propõe nosso ordenamento jurídico-educacional exige providências legislativas e executivas.

Venho apresentar, portanto, nesta proposição, nova redação para o art. 74 da LDB, de forma a inserir ao lado do Ensino Fundamental o Ensino Médio como beneficiário de um padrão mínimo de oportunidades educacionais e a acrescentar novo parágrafo para determinar que o Poder

Público apenas poderá criar e autorizar o funcionamento de novos estabelecimentos de ensino cujos projetos arquitetônicos contemplem os padrões mínimos educacionais previstos no artigo, os quais deverão incluir necessariamente espaços para esporte e recreação.

Convicto de que as medidas apresentadas são relevantes para a melhoria da qualidade das escolas brasileiras, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que ora apresento a esta Casa.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 2009.

Deputado Gilmar Machado